UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MILENA MAGALHÃES DA SILVA

O NEGACIONISMO IMPLÍCITO COMO MECANISMO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: DO FUNDAMENTO À FRAGMENTAÇÃO DO PACTO CIVILIZATÓRIO

Goiânia - GO
2022

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Milena Magalhães da Silva

Título do trabalho: **O NEGACIONISMO IMPLÍCITO COMO MECANISMO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: DO FUNDAMENTO À FRAGMENTAÇÃO DO PACTO CIVILIZATÓRIO**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento
[X] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Leite Soares**, **Professor do Magistério Superior**, em 16/09/2022, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MILENA MAGALHÃES DA SILVA**, **Discente**, em 05/10/2022, às 07:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3196837** e o código CRC **67D77F75**.

MILENA MAGALHÃES DA SILVA

O NEGACIONISMO IMPLÍCITO COMO MECANISMO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: DO FUNDAMENTO À FRAGMENTAÇÃO DO PACTO CIVILIZATÓRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação da UFG como requisito básico para a conclusão do Curso de Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Leite Soares

Goiânia - GO
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Milena Magalhães da
O negacionismo implícito como mecanismo da racionalidade instrumental: do fundamento à fragmentação do pacto civilizatório [manuscrito] / Milena Magalhães da Silva. - 2022.
XLII, 44 f.
Orientador: Profa. Dra. Renata Leite Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia, 2022.
Bibliografia.

1. negacionismo. 2. racionalidade instrumental. 3. redes sociais. 4. saúde mental. 5. pacto civilizatório. I. Soares, Renata Leite, orient. II. Título.

CDU 159.9

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**O NEGACIONISMO IMPLÍCITO COMO MECANISMO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: DO FUNDAMENTO À FRAGMENTAÇÃO DO PACTO CIVILIZATÓRIO**", de autoria de Milena Magalhães da Silva, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Renata Leite Soares- orientadora da FE/UFG com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Leilyane Oliveira Araújo Masson-FE/UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 (dez), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Renata Leite Soares**, **Professor do Magistério Superior**, em 16/09/2022, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Leilyane Oliveira Araújo Masson**, **Professor do Magistério Superior**, em 18/09/2022, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3196743** e o código CRC **1ACB8C5B**.

À todas as vítimas do coronavírus e do governo genocida atual.

Àqueles que arduamente resistem à barbárie e, não sem luta, vislumbram um amanhã de esperança.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta pesquisa à jovem Milena Magalhães, que em tantos momentos se viu perdida em meio a graduação, desencorajada pelas dificuldades e desamparo nos mais diversos aspectos. Reconheço meu processo como árduo, exaustivo, muitas vezes solitário, mas, sobretudo, como potência. A psicologia devastou minha visão de mundo durante a formação, de maneira que nem eu mesma esperava. Agradeço a mim por ter me permitido ser, a cada descoberta, por ter atravessado o medo em fracassar, por cada acolhimento quando tudo parecia ruir, por me formar psicóloga e ver tanto sentido nisso.

Agradeço aos que me apoiaram nessa caminhada, cada um ao seu modo, mas que fez completa diferença. Aos meus pais, Iara e Jaldimar, que me possibilitaram estar e me dedicar a uma faculdade integral, muitas vezes por meio de sacrifícios desconhecidos. Aos meus irmãos, Karina, Isabela e Felipe, ao meu cunhado Rodrigo e ao meu sobrinho Gael, que mesmo sem saber ou tentar, significou força e amor em dias cinzas. Aos meus amigos, que tantas vezes acreditaram em mim quando eu não era capaz. Aos Abores, que proporcionaram trocas tão lindas em meio ao caos; em especial, ao William Nascimento, minha black sister e parceiro de trabalhos; e à Jordana Gracielle de Jesus, por todas as escutas, conselhos, afeto, ternura e acolhimento que só seu abraço tem. Ao Lucas Passos e Muryel Domingos, parceiros de reclamações e fofocas, mas também de cuidado e amparo: vocês fizeram meus dias melhores.

Agradeço ao auxílio impecável e único da minha orientadora, professora e doutora Renata Leite Soares, que se dispôs a construir essa pesquisa comigo. Sei que seu olhar e cuidado foram fundamentais para que eu pudesse entender melhor os rumos que eu queria tomar. Sua compreensão e acolhimento nos momentos difíceis, na escrita empacada ou quando eu já não sabia mais o que fazer, fizeram dessa caminhada um pouco menos tenebrosa.

Obrigada!

RESUMO

Muitas pesquisas apresentam o negacionismo na sua forma nua e crua, nítida e evidente justificando, assim, comportamentos extremos em oposição à realidade. Em contrapartida, essa pesquisa se propõe a pensar sobre o negacionismo operado através da racionalidade instrumental, aquele que, considerando a realidade, repercute indiretamente a lógica que é responsável, tantas vezes, pela reprodução da violência que sustenta, mesmo veladamente, o real. Este fenômeno pode ser observado, não exclusivamente, mas também nos discursos sobre autocuidado que circularam durante o auge da pandemia, isto é, nos discursos e práticas sobre cuidados tomados acerca da saúde mental individual que sustentam-se numa lógica abstrata, operando em detrimento da saúde coletiva. Busca-se compreender em que medida essa conduta individualista, expressa nas formas de negacionismo implícito, vincula-se à racionalidade instrumental que desde a Modernidade, afirma e reproduz em sua lógica, a falsa cisão entre indivíduo e sociedade. Tal fato remete à necessidade de compreender a constituição desse período histórico e do sujeito moderno, e aponta para algum grau de declínio do pacto civilizatório, deixando como legado a reprodução de formas de violência, mesmo que veladas e não explícitas. Investiga-se também, portanto, como o negacionismo e seus desdobramentos se configuram como instrumentos de expressão e manutenção do modo de organização vigente desta sociedade.

Palavras-chave: negacionismo; racionalidade instrumental; redes sociais; saúde mental; pacto civilizatório.

ABSTRACT

IMPLICIT NEGATIONISM AS A MECHANISM OF INSTRUMENTAL RATIONALITY: FROM THE FOUNDATION TO THE FRAGMENTATION OF THE CIVILIZATORY PACT

Many researches present negationism in its naked and raw form, clear and evident justifying, thus, extreme behaviors in opposition to reality. In contrast, this research proposes to think about the negationism operated through instrumental rationality, the one that, considering reality, indirectly echoes the logic that is responsible, so often, for the reproduction of violence that sustains, even veiledly, the real. This phenomenon can be observed, not exclusively, but also in the discourses on self-care that circulated during the peak of the pandemic, that is, in the discourses and practices on care taken about individual mental health that are sustained by an abstract logic, operating to the detriment of collective health. We seek to understand to what extent this individualistic conduct, expressed in forms of implicit negationism, is linked to the instrumental rationality that, since Modernity, affirms and reproduces in its logic, the false division between individual and society. This fact leads to the need to understand the constitution of this historical period and of the modern subject, and points to some degree of decline of the civilizing pact, leaving as a legacy the reproduction of forms of violence, even if veiled and not explicit. We also investigate, therefore, how negationism and its unfoldings are configured as instruments of expression and maintenance of the prevailing mode of organization of this society.

Keywords: negationism; instrumental rationality; social networks; mental health; civilizational pact.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - O NEGACIONISMO IMPLÍCITO COMO MECANISMO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	11
CAPÍTULO II - A CONSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE E A FRAGMENTAÇÃO DO SUJEITO MODERNO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Com a pandemia de Coronavírus que emergiu no início de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu medidas preventivas a fim de retardar o avanço do vírus, tais como o uso de equipamentos próprios para proteção individual e o incentivo ao isolamento social (BEZERRA et al, 2020). Apesar disso, no Brasil o cenário epidemiológico suscitou uma postura negacionista por parte das autoridades, em especial do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Com a popularização desse pensamento somado à negligência governamental para garantir proteção aos trabalhadores que foram diretamente afetados pelo isolamento social, a pressão para a reabertura dos comércios se fazia cada vez mais presente (MOREL, 2021). Adjacente a esse cenário, não é novidade que o avanço tecnológico trouxe uma modernização na comunicação, onde a velocidade que as informações são propagadas pelas plataformas digitais incentiva a prática de disseminação de notícias, na medida que exista uma correspondência entre o leitor e a emoção compartilhada, independente da veracidade dos fatos (DUARTE, CÉSAR, 2021).

Diante dessa conjuntura atual, observa-se nas redes sociais discursos que relacionam a saúde mental às necessidades individuais diante do isolamento social, como rever amigos ou fazer viagens (OLIVEIRA, 2021). Tal conduta parece indicar algum grau de negacionismo que, ao fim e ao cabo, coloca em xeque a configuração sobre a qual a própria sociedade se sustenta. Posto isto, trabalha-se com a hipótese de que esse tipo de negacionismo corrobora para que uma demanda social e histórica seja vista por uma ótica individual, o que tem a ver com uma concepção moderna e instrumentalizada de homem, baseada num dualismo entre a compreensão do sujeito e de sua dimensão social, o que aponta para uma fragmentação do pacto civilizatório, fundado na indissociabilidade entre sujeito e sociedade.

Tendo isso em vista, essa investigação consiste em evidenciar como esse negacionismo implícito atua através de uma perspectiva privada da saúde mental que se propaga nas redes sociais e, com isso, se transforma e se revela como um mecanismo da racionalidade instrumental, que desde a Modernidade concebe e sustenta uma ilusória cisão entre indivíduo e sociedade. Pretende-se, ainda, compreender de que maneira a racionalidade instrumental e seus desdobramentos sugerem um declínio e um impacto no pacto civilizatório, ainda que, contraditoriamente, só possa existir por via deste acordo inconsciente.

Para isso, no primeiro capítulo compreende-se como o negacionismo implícito atua como mecanismo da racionalidade instrumental, caminhando sobre o contexto sanitário atual

brasileiro, relacionando o primeiro aos discursos sobre saúde mental difundidos nas redes sociais, indicando que essa noção tem a ver com a racionalidade instrumental intrínseca à sociedade atual, inclusive o próprio conceito oficial de saúde também opera a partir da lógica burguesa. Recorre-se a autores como Duarte e César (2021), Morel (2021), Sardi (2021), Otto (2020), Carvalhal (2021), Oliveira (2021), Silva e Tessarolo (2016), Danowski (2012), Adorno e Horkheimer (1947), Scliar (2007), Júnior (2004) e Safatle (2022). Entendendo que a instrumentalização da consciência promove uma ruptura entre indivíduo e sociedade, no segundo capítulo destrincha-se sobre a construção histórica da Modernidade e do sujeito moderno, tensionando a relação entre a constituição da modernidade e a tensão presente no pacto civilizatório, este último compreendido a partir da teoria psicanalítica. Para tanto, fundamenta-se em autores como Giddens (1991), Ianni (1989), Sevcenko (1986), Figueiredo e Santi (2008), Resende (2007), Bock, Furtado e Teixeira (1999), MEZAN (1998), Birman (1994) e Freud.

O tema abordado se mostra relevante na medida que envolve um fenômeno recente, a pandemia, que está presente no cotidiano social e afeta diretamente a saúde mental das pessoas. Se apresenta como necessário por reconhecer e localizar o modo como a sociedade funciona e se organiza como parte ativa e inseparável das questões sociais, que consequentemente refletem na vida privada de cada sujeito, em suas relações e na forma como se enxergam como constituintes (ou não) da coletividade. Posto isso, é de interesse para a psicologia enquanto ciência que pretende um sujeito mais consciente e responsável sobre si e sua realidade, ter um olhar macro e crítico para as questões sociais que emergem na contemporaneidade, visto que a psicologia individual e social coexistem simultaneamente (FREUD, 2020).

Este estudo qualifica-se como qualitativo de caráter descritivo e exploratório, tendo como percurso a pesquisa bibliográfica, visando proporcionar um contato maior com os diversos aspectos do tema estudado, bem como investigar sua natureza a partir das hipóteses levantadas. A leitura de livros, artigos científicos, monografias, revistas e sites onlines citados se deu via plataformas como Google, Google Acadêmico e o Scielo, além da rede social Instagram. As palavras chaves usadas nesse processo foram "negacionismo", “isolamento social”, “pandemia”, “racionalidade instrumental” e “saúde mental”. Especificamente no Instagram, foi pesquisado as hashtags “#minhaterapia”, “#saúdemental” e “#minhaterapiaéviajar”, para avaliar a associação desses termos com saúde mental.

CAPÍTULO 1

O NEGACIONISMO IMPLÍCITO COMO MECANISMO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

Em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), devido ao surto de uma nova cepa do Coronavírus, o SARS-CoV-2, identificado inicialmente em Wuhan, na China. Dentro de pouco tempo o vírus se disseminou para outros países e, em março do mesmo ano, a OMS chegou à conclusão de que se tratava de uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo agente infeccioso citado (OPAS, 2020). Inevitavelmente, medidas de prevenção e promoção de saúde foram adotadas em todo o mundo após a chegada do vírus, tais como a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como as máscaras; a higienização frequente das mãos, seja com álcool em gel 70% ou com água e sabão (SARAIVA et al, 2020); e a prática do distanciamento/isolamento social, que foi incentivado e implementado na maior parte do Brasil, acarretando no fechamento de comércios e instituições não essenciais à vida, com o intuito de mitigar o contágio viral (BEZERRA et al, 2020).

Desde o início da pandemia, o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e representantes governamentais têm representado o povo brasileiro a partir de falas e atitudes negacionistas em relação ao novo coronavírus, através da negação e agressão à ciência, sem base argumentativa factível (DUARTE, CÉSAR, 2021) (MOREL, 2021). Como Sardi (2021) afirma, esse tipo de conduta diante da ciência tem sido constante e crescente no cenário político e sanitário brasileiro, sendo que algumas questões foram fundamentais para que o discurso negacionista se tornasse popular atualmente. A pressão de setores da economia para o fim do isolamento social, a escassez de dispositivos e ações que garantissem a proteção do trabalhador no contexto pandêmico, além do cenário político caracterizado pela repulsa à ciência, formaram o pano de fundo do desejo pela volta à normalidade de uma parcela da população (MOREL, 2021).

Ao estudar sobre as diferenças entre o negacionismo e o antirrealismo por um viés socioconstrutivista, Sardi (2021) cita a origem do termo negacionismo na Alemanha pós Holocausto Judeu. Esse termo foi criado por Henry Rousso a partir de pesquisas realizadas acerca da negação do Holocausto nos anos de 1900. Esse fenômeno, então, é definido como "[...] a negação sistemática dos fatos e teses sustentadas pelas teorias científicas em geral, seja por motivações políticas ou simplesmente ignorância epistêmica" (SARDI, 2021, p. 97). Entretanto, o negacionismo não se expressava de forma radical no início de seu surgimento.

Em sua obra *Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história*, Neto (2009) busca compreender o processo de formação e modificação das memórias públicas, especificamente as do Holocausto, atravessado pelo negacionismo. Citando Vidal Naquet, o autor coloca que o negacionismo emergiu como uma sucinta negação desse genocídio, através de questionamentos como o número de vítimas e as motivações do crime. Mas gradualmente esse fenômeno foi se agravando, sendo capaz de colocar em xeque até mesmo a existência das próprias câmaras de gás, usadas para o extermínio de ⅔ da população judaica.

O auge do negacionismo foi nos anos 80, efeito das novas direitas estadunidenses e inglesas, mas principalmente depois da Guerra Fria. Consolidou-se e foi potencializado no século XXI com a ascensão tecnológica de comunicação. Entendendo o impacto do social no individual, Morel (2021) cita Ernesto Perini para dizer como essas inovações tecnológicas influenciam na construção de crenças e opiniões, na medida em que o acesso à internet da maior parte da população culminou também na aceitação e disseminação de fake news. Apesar de ter surgido nesse contexto, o negacionismo sofreu diversas mutações no decorrer da história, existindo atualmente vários e diferentes tipos em nossa sociedade. Tais como o negacionismo profissional, o histórico, o climático e o do racismo, sustentados por motivos distintos e presentes em contextos diversos, estruturando, assim, um fenômeno social complexo (MOREL, 2021).

Segundo Duarte e César (2021), o negacionismo tem solo fértil na atual era da pós-verdade, fenômeno compreendido pela construção da opinião pública com base em apelações emocionais e crenças pessoais, ao passo que o interesse pelo conhecimento objetivo decai. A ascensão dessa forma de sociabilidade está associada com a crise de autoridade, vinculada ao mundo moderno, que desestruturou a segurança da população em fontes tradicionais de informações, em especial na mídia, que também se modifica neste processo. A partir desse contexto e do avanço constante da tecnologia digital, o diálogo entre ciência, poder público e comunidade passou a ser realizado facilmente por meio das redes sociais, as quais dispõem de dados e opiniões rápidas, claras e com tendências emotivas. Estas características das plataformas digitais são essenciais para o elevado e rápido compartilhamento de ideias na rede, uma vez que "uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) só se difunde à medida que corresponda a emoções" (DUARTE, CÉSAR, 2021, p. 11), o que, por sua vez, contribui para que os usuários se tornem propagadores de inverdades (DUARTE, CÉSAR, 2021).

No meio virtual encontra-se uma amostra do que parece ser um outro tipo de negacionismo. Durante a pandemia de covid-19 é possível observar em discursos veiculados

em instagrams e revistas onlines, uma associação entre saúde mental e a suspensão do isolamento social. É comum que hashtags do aplicativo Instagram, como "#minhaterapia" ou "#saúdemental" sejam relacionadas à passeios, viagens, práticas esportivas fora de casa ou reuniões com amigos/familiares, mesmo que a pandemia ainda esteja em curso. Tornou-se rotineiro posts nas redes sociais de pessoas indo para lugares com aglomerações, como bares, baladas e reuniões com amigos (OTTO, 2020), ou fazendo uma viagem, pois precisam dar um 'respiro' depois de um ano conturbado, em nome da sanidade mental, mesmo informados dos possíveis riscos de contrair e transmitir a Covid-19 e, consequentemente, contribuir para o aumento de casos (CARVALHAL, 2021). Cabe ressaltar que não se pretende lançar um discurso moralizante aqui, condenando quem é adepto às condutas citadas, mas antes se busca explicitar como o discurso sobre saúde mental tomado em uma perspectiva individual e não coletiva, se difunde, direta ou indiretamente, nas redes sociais e, com isso, se transforma numa ferramenta da racionalidade instrumental e, ao mesmo tempo, na expressão direta da instrumentalização da racionalidade de domínio.

Nas mídias digitais, de modo geral, quando o assunto é isolamento social e saúde mental, observam-se constatações e questionamentos sobre tal postura disseminada e normalizada nas redes sociais. Como é o caso de Oliveira (2021) que, fazendo uma análise do contexto atual, cita uma frase de Neymar, craque do futebol brasileiro, onde diz que "As baladas são indispensáveis para o meu equilíbrio. Nunca desistirei delas" (Neymar apud OLIVEIRA, 2021). Ao discutir se a saúde mental pode virar justificativa para quebrar o isolamento social, o autor menciona a psicóloga Maristela de Souza, que exemplifica: "A pessoa publica nas redes sociais fotos em situações de risco, como encontrar um grupo de amigos, e coloca lá na legenda: 'nossa, gente, foi muito bom para a minha saúde mental, eu estava precisando disso'"(OLIVEIRA, 2021). O escritor menciona ainda Roberto Aymler, médico e especialista em gestão de pessoas, que acredita que os sujeitos que têm esse tipo de comportamento não percebem como afetam o próximo. Isto porque, segundo o autor, seus atos podem produzir efeitos identificatórios para a população, os quais não possuem consequências imediatas, enquanto os benefícios pessoais são instantâneos.

É necessário compreender a crescente comunicação digital como um eficaz canal de comunicação e difusor de opiniões para que se entenda a disseminação e reprodução veloz desse discurso. Por disporem de dados e opiniões rápidas, claras e com tendências emotivas, as plataformas digitais são essenciais para o elevado e rápido compartilhamento de ideias na rede. Uma notícia viraliza na mesma medida que os leitores se identificam com a emoção compartilhada, independente se a narrativa exposta é verdadeira ou conveniente (DUARTE,

CÉSAR, 2021). Considerando o cenário angustiante e solitário que a pandemia impôs em todo o mundo, a ideia de volta à normalidade parece ser um desejo generalizado que possibilita facilmente a assimilação entre os posts citados e o leitor.

Somado a isso, Silva e Tessarolo (2016), reafirmando o impacto que um indivíduo tem no outro, alegam que a adesão e propagação de uma ideia, neste caso, da concepção de saúde mental individual, tem sido rapidamente difundida pelas redes sociais principalmente via celebridades e, sobretudo, influenciadores digitais, pois são referências de opiniões e comportamentos para muitas pessoas. Corroborando o poder de influência das redes sociais, Otto (2020) afirma que postagens com teor antagônico aos protocolos sanitários induzem cada vez mais pessoas a acreditarem numa falsa normalidade e a agir da mesma forma. Sendo assim, pode-se dizer que os *influencers* afetam a visão de mundo de seus seguidores, mas cada usuário também o faz, dando jus ao nome *rede* social. Dessa forma, a representação de saúde mental concretizada em práticas individuais e inconsistentes, ganha espaço e força no cotidiano da população através de meios digitais, o que contribui para a disseminação da ideia de uma saúde mental descolada do social.

Observa-se que essa ideia de uma saúde mental individualizada possibilita que as pessoas coloquem suas necessidades imediatas antes do bem-estar coletivo, o que aponta para uma negação das consequências sociais de suas atitudes. Para melhor esclarecer essa ideia, partindo da heterogeneidade do fenômeno negacionista, um tanto quanto vinculado, desde o início da pandemia, à uma negação da ciência, recorre-se à Danowski (2012). Inserido numa discussão sobre os impactos climáticos produzidos pelo modo de vida capitalista, o autor lança mão de outro tipo de negacionismo no intuito de compreender não necessariamente os comportamentos extremos de oposição à realidade, mas em certo sentido, os comportamentos que, embora operem dentro da racionalidade que organiza a sociedade, fundamentam-se na reprodução de uma lógica que afirma a realidade e seus processos de organização naquilo que eles têm de excludente e imediato:

> [...] a ideia de salvação ou resgate de nossa cultura e civilização pode esconder uma outra forma de negacionismo, presente em todos aqueles que, aceitando a realidade e a gravidade das mudanças climáticas, entretanto não vêem para ela solução possível fora de um aprimoramento, uma correção, um aperfeiçoamento por assim dizer "verde" ou "ecológico" da sociedade (cristã-capitalista) e do modo de vida (tecno-industrial) que criaram esse monstruoso problema (DANOWSKI, 2012, p. 7).

Para o autor, a gravidade das mudanças climáticas que o mundo enfrenta não é suficiente para que a sociedade pense em saídas que correspondam a essa magnitude. Antes, pensa-se em ajustes e correções como soluções, mesmo sendo superficiais e ineficazes, isto porque, em tese, seria impossível pensar em resoluções que colocassem em xeque o estilo de

vida cristã-capitalista, tecno-industrial. Ora, ainda que se reconheça a proporção da crise climática global, a ideia de conservação da cultura capitalista se sobressai como principal finalidade. Nesse caso, não existe uma negação explícita da realidade, mas estar ciente dos riscos atrelados ao modo de produção capitalista, também parece não ser suficiente para que se enfrente o problema. Essa mesma lógica parece ser central na reflexão trazida por Catini (2020)[1] ao questionar e problematizar o Plano de Retorno às aulas presenciais da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo, num momento ainda crítico da pandemia. Um trecho do documento em questão diz que será permitido fazer rituais e projetos para lidar com o luto, caso algum membro escolar venha a falecer. A autora questiona a brutalidade intrínseca à ideia de que, com algumas adequações, a volta à normalidade seja factível, ainda que isso acarrete em mais contágio e, consequentemente, em mortes, como o próprio plano prevê.

Contestando o pensamento patologizante crescente desde o DSM III (WHITAKER, 2020), caracterizado como a transformação de aspectos comuns e esperados da subjetividade humana em fenômenos clínicos diagnosticáveis, não se propõe aqui que o negacionismo em questão consista em um sintoma patológico. Antes, se trabalha com a hipótese de que esta forma de negacionismo opera dentro do escopo da racionalidade, por meio de uma consciência transformada em instrumento para legitimar e propagar o modo de produção e organização da sociedade. Em ambos os contextos citados, há o reconhecimento dos problemas advindos do capitalismo e de seus desdobramentos no que concerne a determinados riscos e formas de sociabilidade. Contudo, no caminho inverso da compreensão histórica das contradições não somente econômicas, mas também sociais deste modo de produção e de seus desdobramentos sobre a esfera do campo da sociabilidade, são propostas saídas que operam com a mesma lógica individualizante, reproduzindo, assim, o mecanismo desse sistema. Nessa perspectiva, entende-se que essa espécie de negacionismo corrobora para que a ótica de uma questão social e histórica seja transferida para o âmbito da responsabilização e aparente autonomia do indivíduo, de acordo com suas necessidades, opiniões e desejos. Promove-se, assim, uma ruptura enganosa entre o sujeito e a sociedade e, ao mesmo tempo, um dualismo entre a compreensão do indivíduo e de sua dimensão social.

Compreende-se que a racionalidade que particulariza a concepção e a representação de saúde mental, desvinculando-a do âmbito coletivo, é um produto do atravessamento da instrumentalização do pensamento do sujeito. Embora esse pensamento instrumentalizado não se origine nas redes sociais, e sim no âmbito da produção e reprodução da vida

[1] *O brutalismo vai à escola*: artigo publicado na Revista Boitempo em 2020, escrito por Carolina Catini.

econômica e social, estas reproduzem constantemente a mesma razão de domínio. Ao incentivar o indivíduo a voltar o olhar para si, ainda que suas decisões individuais se desdobrem no contexto coletivo, essas práticas de autocuidado, virtualmente difundidas e validadas, corroboram para a alienação do sujeito, de modo que ele não se perceba como parte de um contexto social amplo e produtor dos modos de sociabilidade. Nessa perspectiva, entende-se que a representação e o uso dessa ideia de saúde mental desvinculada de sua relação com a vida pública, é justificado pelo alívio proporcionado ao indivíduo ao possibilitar a realização imediata de seu desejo, tido como necessidade, e pela legitimação desse comportamento através das redes sociais, que dispensa a implicação de uma perspectiva coletiva e politizada de saúde mental.

Nesse sentido, é possível fazer uma aproximação do tipo de negacionismo trazido por Danowski (2012) e essa ideia distorcida e difundida de saúde mental. O sujeito tem consciência dos riscos para si e para a comunidade trazidos, por exemplo, com a pandemia, no entanto, observa-se que isso não é o suficiente para que se pondere acerca das necessidades ou dos desejos próprios em nome do coletivo. Nessa perspectiva, entende-se que o sujeito nega a realidade de forma implícita, apoiado num entendimento distorcido, embora racionalizado, de um conceito psicológico para justificar suas ações de cunho individual. Ao fazê-lo, nega-se a renúncia da satisfação imediata, e em última instância, preserva-se o modo de organização em vigor (CARVALHAL, 2021). Percebe-se que esse negacionismo velado parte de uma perspectiva na qual indivíduo e sociedade parecem ser independentes, visão esta que, segundo Carvalhal (2021), fundamenta a lógica liberal atuante na sociedade contemporânea, onde cada sujeito aparentemente experiencia a realidade de forma privada e livre a partir de sua propriedade - seu corpo, pressupondo a existência de uma cisão entre indivíduo e sociedade.

Desde antes de 1944, quando apresentou um esboço da obra *Dialética do Esclarecimento* no Departamento de Filosofia da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América, Max Horkheimer apresentava ideias que já anunciavam a constituição desse sujeito moderno (BORGES, 2015). O livro em questão foi escrito em 1947, durante a 2° Guerra Mundial, por Max Horkheimer e Theodor Adorno, propondo reflexões e discussões sobre temas emergentes da época, como o nazismo, stalinismo e capitalismo totalitário. Em resumo, o objetivo dos autores era compreender "por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie" (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 02). Para tanto, os filósofos

buscavam identificar e entender os elementos que viabilizam a conversão da racionalidade em barbárie, presentes na cultura e na razão que a fundamenta.

A meta do esclarecimento seria o desencantamento do mundo, ou seja, a ciência triunfando sobre os mitos e conferindo autonomia aos homens, mas o que se desvela é um saber preocupado essencialmente com os interesses da economia burguesa. Logo, o conhecimento passa a visar a técnica, tendo como dever proporcionar meios eficientes para melhor apreender e dominar a natureza, a fim de dominá-la completamente, bem como aos homens (ADORNO; HORKHEIMER, 1947). Nesse sentido, a ideia de que conhecimento é um instrumento de controle sobre a natureza e os homens, que tem como finalidade atender às demandas da burguesia e, assim, conservar a classe dominante, caracteriza o conceito de racionalidade instrumental.

Não por acaso, a racionalidade instrumental cresceu com a sociedade industrial, transformando toda e qualquer produção humana em mercadoria. Em seu livro *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*, SANSON (2009) destrincha sobre mudanças históricas como a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII. Considerado um divisor de águas, esse movimento transformou implacavelmente a política, a cultura e a socioeconomia, impondo novas formas de organização do trabalho, produção e subsistência e, portanto, uma nova realidade para a sociedade da época. A crescente evolução tecnológica e expectativas de produção, a utilização de máquinas e as condições deploráveis de trabalho da sociedade industrial ilustram como o conhecimento tornara-se instrumento orientado unicamente pelos objetivos que satisfazem os interesses burgueses. Como cita Borges (2015) ao escrever sobre a racionalidade instrumental na decisão judicial, essa operacionalização dos processos racionais "tem por objetivo a satisfação de fins, exclusivamente de fins, submetendo os meios e, principalmente, os conteúdos a uma servil condição" (BORGES, 2015, p. 94).

No livro *Eclipse da razão* (1947), Max Horkheimer destrincha sobre a razão, a dividindo em objetiva e subjetiva. Em suma, a primeira foca os conceitos e valores presentes nas relações objetivas entre homens e instituições, enquanto a segunda se preocupa em classificar, deduzir e inferir tais conceitos, a fim de coordenar os meios adequados para os fins determinados. Para Horkheimer, "a razão subjetiva é uma faculdade inerente ao sujeito, ela é responsável pelo pragmatismo da existência cotidiana, já que as ações do indivíduo obedecem a uma lógica que busca, pelos meios mais adequados, tendo em vista os fins propostos" (SILVA, 2019, p. 247). Apesar de complementares, a razão subjetiva ocuparia um

lugar secundário em detrimento à objetiva, mas ao longo da história houve uma inversão de predominância.

O iluminismo e seu zelo pela individualidade e autonomia, bem como a neutralização da razão objetiva, impulsionaram o esvaziamento dos conceitos, na medida em que fomentou a racionalização, isto é, sua simplificação. Ora, se não há conteúdo nos conceitos, o que o define é a interpretação cultural e interesse pessoal que recai sobre ele, os quais servem a um objetivo último. Desta forma, ao subordinar os meios aos fins, a razão subjetiva instrumentalizou-se e perdeu seu sentido emancipatório e crítico. Por conseguinte, as ideias tornaram-se sem significados próprios, automáticas como máquinas, "como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial" (HORKHEIMER apud BORGES, 2015, p. 95). A ideia de saúde mental observada nas mídias sociais ilustra esse processo de instrumentalização à medida que a representação em questão corresponde à abstração a-histórica do conceito, pautada numa compreensão particular e à utilização do termo de acordo com objetivos privados. Não obstante, se verificará que o próprio conceito histórico e público de saúde também condiciona os meios aos fins: manter o *status quo*.

Como afirma Scliar (2007) em sua pesquisa sobre o percurso conceitual da saúde, essa definição é historicamente discutida desde os gregos aos dias atuais. Isso porque esse termo é constituído por pluralidades, pois depende da "época, do lugar, da classe social, [...] de valores individuais, [...] de concepções científicas, religiosas, filosóficas" (SCLIAR, 2007, p. 30), portanto, reflete a conjuntura social, política, econômica e cultural da sociedade. Assim como o conceito de saúde, o conceito de doença é histórico, visto que acompanha a humanidade desde os primórdios e é compreendida a partir de variadas concepções, sendo associada à noção de saúde na maior parte delas.

Para os antigos hebreus a enfermidade sinalizava a ira divina sob a desobediência dos mandamentos, já para outras culturas a doença era causada por possessões de maus espíritos. As práticas medicinais dos gregos, que dispunham de procedimentos ritualísticos e métodos naturais, abriu espaço para aquele que ficou conhecido como pai da medicina, Hipócrates de Cós. Seus escritos revelam uma compreensão racional da medicina, tendo como pressuposto de saúde a presença de quatro humores principais em equilíbrio no corpo humano, os quais, uma vez desorganizados, resultam em adoecimento. Essa visão de que a patologia dispunha de causas naturais, e não mais divinas, era semelhante à do oriente, onde acreditava-se haver forças vitais no organismo que, dependendo da harmonia, promovia bem ou mal-estar (SCLIAR, 2007).

Na Idade Média a concepção de saúde e doença do ocidente continuou possuindo um cunho religioso, fundamentando a patologia no pecado e a cura na fé cristã. A ideia de que elementos externos afetam o organismo humano surgiu simultaneamente ao desenvolvimento da química e sua influência sobre a medicina, ancorada no pressuposto de que se os processos corporais são químicos, o tratamento para tais também deveria ser. No século XVII, com o advento da modernidade e o desenvolvimento da anatomia humana, a concepção humoral da doença caiu por terra, dando espaço ao reconhecimento dos órgãos como local da patologia. Apesar desse avanço, as doenças eram encaradas com resignação, sendo até mesmo desejadas por estarem relacionadas à aceitação da morte e à uma forma de aprimorar a arte (SCLIAR, 2007).

Com a revolução pasteuriana no fim do século XIX, além de tornar-se possível identificar a origem das doenças, passou a ser possível também preveni-las e curá-las com soros e vacinas produzidas a partir do microscópio, descoberto no século XVII, mas só então reconhecido e valorizado. A necessidade de adquirir esses conhecimentos se deu por um viés econômico: o interesse em colonizar o trópico reprimido pela ameaça das doenças transmissíveis que circulavam na região. Não por acaso, surge nessa época a epidemiologia a partir de um estudo que visava contabilizar os casos de cólera em Londres, o qual foi fundamental para o desenvolvimento da estatística. Mais tarde, a ciência estatística foi responsável por viabilizar a criação de serviços de saúde pública, sendo o primeiro na Grã-Bretanha, a "Diretoria Geral de Saúde, encarregada, principalmente, de propor medidas de saúde pública e de recrutar médicos sanitaristas" (SCLIAR, 2007, p. 35). Em 1883 foi criado um sistema pioneiro de seguridade social e de saúde na Alemanha, que foi reproduzido na França e, posteriormente, se desdobrou no Serviço Nacional de Saúde, "destinado a fornecer atenção integral à saúde a toda a população, com recursos dos cofres públicos" (SCLIAR, 2007, p. 36).

Apesar de tantos avanços, não havia um conceito universal de saúde. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi estabelecido um consenso entre as nações sobre o termo. Implicando na saúde como um direito de cada cidadão e um dever do Estado de promovê-la, em 1948 a OMS definiu a saúde como mais do que a falta de doenças, mas como a plenitude do bem-estar físico, social e mental (SCLIAR, 2007). A saúde mental é uma parcela constituinte e fundamental da saúde, compreendida como "um estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza suas próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e é capaz de fazer contribuições à sua comunidade."

(APCD, s.d., online). Em vista disso, "ela implica emprego, satisfação no trabalho, vida cotidiana significativa, participação social, lazer, qualidade das redes sociais, eqüidade, enfim, qualidade de vida" (FILHO; COELHO; PERES, 1999, p. 123), portanto, pode ser abalada por diversos aspectos biológicos, psicológicos e sociais (APCD, s.d., online). Essa representação de saúde reflete bem o desejo inspirado em movimentos sociais pós-guerra, isto é, a extinção do colonialismo e o progresso do socialismo, alcançando, assim, uma vida plena (SCLIAR, 2007).

Inegavelmente, essa suposta definição foi um avanço científico em muitos aspectos, porque

> é uma proposição positiva; no plano essencial, porque superou as dicotomias entre corpo e mente, natural e social, saúde e enfermidade, promoção e profilaxia, profilaxia e terapêutica, terapêutica e reabilitação; mas também porque possibilitou a emergência de políticas sanitárias mais úteis e eficazes. Além de situar a saúde como um estado positivo que podia ser promovido, buscado, cultivado e aperfeiçoado (JUNIOR, 2004, online).

Todavia, a abrangência da concepção de saúde abre espaço para críticas desde sua definição à sua efetivação. Em sua tentativa de desconstruir o conceito oficial de saúde, Júnior (2004) coloca em xeque a própria ideia de que a OMS propõe, de fato, uma definição, pois entende que não há concordância desta com as exigências atuais que sustentam uma definição científica. Segundo o autor,

> uma definição deve resumir o que se conhece de essencial sobre a coisa ou o termo definido. Qualquer definição, vulgar ou científica, implica em situar o definido em dois planos: um genérico, denotativo (ou intensivo), que aponta a classe de objetos à qual o termo pode ser aplicado; e outro, conotativo (ou extensivo), que expressa a(s) sua(s) propriedade(s) específica(s) considerada(s) como mais característica(s (JUNIOR, 2004. online).

Na estrutura de uma definição, chama-se *definiendum* o objeto que está sendo definido e o localiza numa categoria geral, enquanto os termos usados em sua definição seriam *definiens*, os quais empregam alguma característica específica do termo que o diferencie dentro de sua classe. Há ainda alguns critérios para que uma definição seja considerada científica, sendo eles:

> a) haver coerência (ausência de contradições factuais ou lógicas entre os princípios teóricos de apoio); b) os modelos dos objetos factuais ou nominais devem ser construídos com base em recursos metodológicos e técnicos aceitáveis pela comunidade científica; c) os resultados obtidos com seu emprego devem poder corrigir os modelos teóricos e práticos nela empregados (JUNIOR, 2004, online).

Congruente à Júnior (2004), é inevitável dizer que um conceito perde sua historicidade ao se tornar genérico e abstrato, mas salienta-se que, diferente do autor e de seu campo teórico, essa pesquisa defende que a crítica à definição de saúde tecida pela OMS deve

fundar-se não numa perspectiva positivista do termo. Antes, deve debruçar-se no fato da abstração produzir empecilhos ao reconhecimento das determinações históricas formantes do conceito e, por consequência, esvaziá-lo de sentido e inviabilizá-lo de ser exercido na práxis.

Para Júnior (2004), o conceito da OMS não se encaixa como definição por não ter uma estrutura consistente, uma vez que o termo bem-estar (*definiens*) não expressa um significado unívoco que o individualize e diferencie dentro da saúde. Ao contrário, é uma palavra com pluralidade de sentidos, pois "pode significar não se sentir mal, sentir-se bem ou ter satisfeitas suas necessidades" (JUNIOR, 2004, online). Essa condição não permite coerência entre o conceito da OMS e sua reprodução prática, pois, por não ter seu sentido específico dentro do conceito de saúde, 'bem-estar' pode ter vários significados subjetivos incapazes de serem identificados e promovidos na realidade. Ademais, essa definição de saúde sequer pode ser considerada ampla, já que engloba apenas a saúde humana, ignorando outras espécies, como os animais. Além disso, Scliar (2007) complementa a crítica ao conceito de saúde citando seu aspecto político, uma vez que a ideia do Estado garantir a saúde dos cidadãos seria um pretexto para que o mesmo interferisse diretamente na vida da população (SCLIAR, 2007).

Na perspectiva deste autor, de forma geral, é evidente a utopia que embasa o discurso da OMS, a começar pela falsa garantia do Estado sob a saúde da população. Pragmaticamente falando, não haveria maneiras de se orçamentar o que atestasse o bem-estar de cada cidadão ou assegurar a ausência de doenças. Quanto ao 'bem-estar' físico, social e mental, mais do que a não especificação de seu sentido, a controvérsia se estende ao caráter pleno imposto ao indivíduo dito saudável. A tentativa de condensar todas as demandas num só conceito, sendo estas fatalmente satisfeitas, denuncia mais uma vez a ilusão dessa caracterização de saúde, já que o ciclo de necessidades humanas incessantemente se renovam. Por consequência, a efetivação plena dessa definição fica inviável, afinal, um conceito que não suporta as nuances da realidade, transforma-se em algo abstrato (JÚNIOR, 2004) e, portanto, incapaz de ser utilizado como objetivo na atuação dos serviços de saúde (SCLIAR, 2007).

Apreende-se que, embora o conceito de saúde criado pela OMS reproduza em certa medida a racionalidade instrumental, o mesmo foi decisivo para uma nova concepção de saúde, sobretudo a coletiva. A partir da década de sua criação, iniciou-se uma ferramenta fundamental na trajetória do desenvolvimento da saúde pública brasileira: as conferências nacionais de saúde, onde eram discutidas pautas sanitárias emergentes e urgentes, diretas ou indiretamente ligadas à área. Desde a primeira à décima terceira conferência estiveram presentes temas como a assistência social, as condições do trabalho e a prevenção sanitária

dos trabalhadores e das gestantes, a descentralização da saúde, recursos humanos aliados à saúde, elaboração e implementação de políticas, programas, sistemas, ações e serviços de saúde, a construção e gerenciamento do SUS etc (CENTRO CULTURAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). A criação do Ministério da Saúde, a instauração do Código Nacional de Saúde, a saúde como direito determinado pela Constituição Federal e o regulamento do SUS também foram eventos históricos que marcaram a saúde brasileira no fim do século XX (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). Considerando a definição de saúde da OMS como a base para os órgãos nacionais, deve-se reconhecer seu impacto positivo e de extrema importância para o cenário sanitário, ainda que não seja suficiente para suprir as demandas da realidade.

O que se conclui é que não apenas a ideia de saúde mental individual difundida atualmente nas redes sociais é instrumentalizada, mas como se viu, também o próprio conceito tido como oficial opera a partir da lógica burguesa, visto que a plenitude do sujeito é enxergada como potencial mão de obra para servir à comunidade (vide definição da OMS). Tal relação produz o risco de distanciar a discussão acerca das (im)possibilidades reais de plenitude do sujeito como ideal vinculado ao campo da saúde, bem como de afastar a discussão necessária acerca das contradições sociais que historicamente inviabilizam o bem-estar social e o reconhecimento social. Esse aspecto indica que também o conceito de saúde integral, bem como a própria ideia do que seria o sujeito no âmbito da sociedade capitalista, constituem-se e transformam-se, em instrumento de manutenção dos interesses da burguesia. Destaca-se o trecho em que cita a satisfação no trabalho como faceta da saúde, pois "amar e trabalhar a partir do que a sociedade capitalista entende por "amor" e "trabalho" é só empurrar sujeitos para formas de mutilação" (SAFATLE, 2022, online). Não se trata, pois, de preparar o sujeito para se adaptar socialmente à normalidade contemporânea, isso seria uma "saúde em direção à morte" (ADORNO apud SAFATLE, 2022, online), antes, parece mais coerente não se satisfazer com a própria exploração, ainda que isso acarrete em consequências que afetem, direta ou indiretamente, a saúde.

Por fim, compreende-se que a naturalização do conceito de saúde, que envolve uma abstração da realidade, é uma tentativa de objetivar as condições e operar racionalmente num modelo cientificista de previsão, de possibilidade de domínio e êxito, implicando num risco de renegar processos históricos e sociais, bem como de responsabilizar o indivíduo por sua própria saúde, na medida em que esta se torna uma ideia impossível de ser concretizada, precisamente porque se torna abstrata. Essa lógica individualizante e obscura expressa características da racionalidade instrumental (CARVALHO, 2009), bem como reproduz e constitui a base e violência da construção histórica do sujeito moderno, fundamentada na

ilusória e histórica ruptura entre o individual e o coletivo - contradição essa em que se baseia o negacionismo implícito.

Destarte, torna-se necessário discutir como essa dicotomia e a abstração que evidencia-se tanto no conceito de saúde, quanto no negacionismo implícito, revela também dicotomias semelhantes que se produzem no bojo da Modernidade e refletem a racionalidade instrumental constituinte do sistema capitalista. Esse processo atravessa a relação entre indivíduo e sociedade e as formas de produção da relação entre o individual e o coletivo, alienando, no limite, o sujeito de si e de sua condição social, cisão esta que, para Freud, se mostra ilusória, embora historicamente real (FREUD, 2009).

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE E A FRAGMENTAÇÃO DO SUJEITO MODERNO

De forma inédita e impetuosa, a Modernidade emerge modos de vida que destoam das ordens sociais anteriores, tanto em sua intensidade, quanto em sua dimensão, visto que as transformações que produz são mais complexas e amplas que a maioria desenvolvidas em períodos passados. Inovações tão impactantes como a possibilidade de uma interconexão social global, ocorrida por volta dos últimos quatro séculos, confirmam a capacidade dessa era em proporcionar mudanças extremamente rápidas. Isso não se resume à esfera da tecnologia, mas consequentemente também envolve outras esferas de socialização, pois a interinfluência coletiva multiplicou-se conforme a comunicação se tornou globalizada.

A natureza das instituições modernas são exemplos do surgimento de novas formas sociais de organização, como o trabalho assalariado, ou da continuação aprimorada de ordens sociais passadas, como as cidades modernas se comparadas às cidades tradicionais. Ainda que as oportunidades criadas pela Modernidade se sobressaiam nos escritos clássicos da sociologia, evidente e inevitavelmente, esse acontecimento não trouxe consigo apenas progressos, mas também contradições. O enorme crescimento material durante este período "era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais" (GIDDENS, 1991, p. 17), por meio da submissão à disciplina de trabalho repetitivo e maçante (GIDDENS, 1991). Sendo assim, apreender a Modernidade se faz essencial para entender a complexa sociedade atual, seu modo de produção, fenômenos e tensões e requer um olhar histórico e crítico sobre seus avanços, retrocessos e paradoxos.

No intuito de assimilar a constituição do mundo moderno, Ianni (1989) faz uma revisão literária da Idade Média à Modernidade ao investigar a complexa relação entre indivíduo e sociedade, fundamental para uma compreensão coerente dessa relação dialética. Na modernidade, a sociedade que outrora era norteada principalmente pela religiosidade e tradicionalismo, começa a se orientar pela crescente influência da intelectualização e racionalização dos indivíduos. Assim, sociedade e indivíduo constituem-se simultaneamente, os indivíduos explicam e produzem modos de vida e passam a ser explicados e compreendidos por eles, configurando-se subjetivamente, produzindo, sustentando e sendo sustentados objetivamente por novas formas de vida. Sob o poder revolucionário da ciência e da razão, rompe o sujeito moderno, aquele que torna-se, supostamente, neste processo, detentor do saber e do controle da vida, detentor de seu próprio destino e escolhas, autônomo,

livre e único. Dialética, concomitante e consequentemente a essa nova produção e representação do sujeito, altera-se a lógica das relações sociais e do modo de produção: nasce a sociedade civil, urbano-industrial e burguesa-capitalista. Essa tensa relação indivíduo-sociedade teve como base diversos conflitos ao longo da história, sendo constituído por movimentos culturais, sociais e históricos fundamentais que ocorreram principalmente a partir de meados do século XV.

A passagem da Idade Média à Idade Moderna foi berço de importantes princípios precursores à constituição do sujeito moderno. Na obra *O renascimento*, Sevcenko (1986) estuda sobre o movimento social que dá nome ao livro, o contexto em que surgiu, suas fases e desdobramentos culturais. O período renascentista foi precedido pelo Humanismo (pré-renascimento) com suas críticas à cultura tradicional e por sua "elaboração de um novo código de valores e de comportamentos, centrados no indivíduo e em sua capacidade realizadora" (SEVCENKO, 1986, p. 16). Ao elaborar sobre a religião e a ciência nesse período, Woortmann (1996) constata transformações culturais capazes de promover uma reforma intelectual, ao afirmar que a ordem divina, imposta nos séculos passados como o alicerce de tudo, paulatinamente foi sendo substituída pelas preocupações racionais sobre a realidade e sobre o ser humano. Essa nova configuração permeou diversos campos da sociedade, como a arte, a economia, a cultura e a política, e propiciou um ambiente efervescente para a eclosão de diferentes formas de pensar.

Fundamentado nessa concepção de mundo, no século XV emerge o movimento renascentista, considerado um divisor de águas na cultura ocidental (CRUZ, 2010). O desencanto do mundo medievo e a reversão dos enigmas da vida em leis matematizáveis e universais através da ciência, simbolizavam o declínio da necessidade religiosa em detrimento do crescente cientificismo (WOORTMANN, 1996). Segundo Figueiredo e Santi (2008), ao contrário da vivência medieval, onde a força divina em tese proporcionaria ao homem a segurança de parâmetros e leis incontestáveis, com o Renascimento o homem se deparou com a experiência de tomar suas próprias decisões, gradativamente desprendido de imposições dogmáticas.

A reforma do pensamento ocidental desembocou num sujeito sem referências preconcebidas e, por isso mesmo, aparentemente independente, autônomo, dono de seu próprio destino e sorte, mas também desamparado. De acordo com os autores, quando o homem se depara com transformações culturais, como quando há uma destituição de uma antiga tradição ou quando perde-se referências coletivas, como religião ou família, o sujeito é

obrigado a construir ele próprio seus parâmetros. Surge então a condição propícia para ocorrer a

> experiência da subjetividade privatizada: quem sou eu, como sinto, o que desejo, o que considero justo adequado? Nessa situação, o homem descobre que é capaz de tomar suas próprias decisões e que é responsável por elas. A consequência desses contextos é o desenvolvimento da reflexão moral e do sentido da tragédia (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p. 21).

Com esse processo, o homem acredita que parte de sua vivência é privada e única, que ninguém mais sente ou conhece suas experiências. Como possíveis formas de elaboração dessa nova visão de mundo, surgem alguns gêneros artísticos, como a tragédia, onde a reflexão sobre o certo e errado é colocada, a poesia lírica, depósito e expressão de sentimentos e desejos tão íntimos, quanto secretos, mas também emergem novos ou variações de sistemas religiosos existentes, ambos focados na responsabilidade individual. No livro *Psicologia – uma (nova) introdução (2008)*, os autores afirmam que essa ideia de mundo e homem já revelava a Modernidade em desenvolvimento numa sociedade atomizada em diferentes aspectos. O sistema mercantil foi um importante instrumento para esse cenário, uma vez que fomentava a irrestrita individualidade também na economia. Exigindo que cada sujeito identificasse suas capacidades e vendesse sua força de trabalho de acordo com seus interesses, a efetivação da experiência privatizada de cada sujeito provocou o surgimento do trabalhador livre, autônomo e independente.

A ideologia iluminista eclode a partir do século XVIII, refletindo o fenômeno da subjetividade privatizada numa sociedade mercantil em expansão. Assentados no liberalismo, os ideais iluministas se pautam no princípio de que todos os homens são iguais em suas competências e por isso mesmo devem ter direitos iguais. Para evitar o caos social, os cidadãos poderiam buscar e defender os interesses que bem lhe sucumbiam, porém prezando pela solidariedade entre si. A Revolução Francesa acontecida em 1789 expressa bem essa concepção, a começar pelo seu lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (AMBASSADE DE FRANCE AU BRÉSIL, 2017, online), preceitos que deram forças à noção de sujeito autônomo por meio da livre concorrência, necessária para o desenvolvimento da sociedade mercantil da época (FIGUEIREDO; SANTI, 2008).

Embora o Iluminismo tenha sido um movimento amplo que não se esgota na aliança aos moldes liberais, tendo sido um marco no campo das possibilidades de esclarecimento e emancipação, tendo significado transformação e avanço no âmbito das amarras da razão à tradição, aliado ao liberalismo e ao modo de produção capitalista em avanço, também promoveu retrocessos. A contradição se constitui no caráter emancipatório da razão enquanto

faculdade de conhecimento intelectual do homem, ao mesmo tempo que essa racionalidade é instrumentalizada de acordo com os ideais liberais. O desenvolvimento das ciências sociais atrelado à lógica mercantil, o cientificismo e a urbanização crescente no período iluminista são referências de acontecimentos que fomentaram a visão funcional e utilitarista do homem, pilar este que sustenta a racionalidade instrumental. No final desse período, nasce o Romantismo em resposta à crítica iluminista, isto é, à igualdade universal entre os homens e à intensa individualidade e autonomia em torno dela. Enquanto o Romantismo fundamenta-se no âmbito emocional e subjetivo, ressaltando as diferenças entre os indivíduos, mas acreditando que, apesar destas, os sentimentos humanos os unem, o Iluminismo confia numa utópica fraternidade. O que parece é que no fim, ambos movimentos se preocupam e tentam atenuar, de diferentes maneiras, o desamparo e responsabilidade provenientes do enorme peso de ser livre e único, angústia que constitui o sujeito moderno (FIGUEIREDO; SANTI, 2008).

Essa representação plenamente individualizada de homem aliada ao liberalismo vai construindo uma contraposição entre indivíduo e sociedade, baseada na visão de um sujeito cuja natureza é a-histórica e pré-determinada. Como Resende (2007) afirma em seu artigo em que problematiza a cisão moderna operada na relação indivíduo e sociedade, "independentemente de suas relações sociais, o homem seria, quando muito, um ideal natural a ser perseguido e restaurado, nunca um ser em construção em condições específicas e determinadas" (RESENDE, 2007, p. 30). O próprio conceito de indivíduo talvez já trouxesse em gérmen essa suposta ruptura, ao refletir em sua emergência a possibilidade de se pensar o indivíduo como indivisível, irrestritamente singular. Isso significa falar sobre a separação entre o homem e sua dimensão social, que neste contexto e neste modo de produção da vida, aparecem e se produzem como se pudessem desprender-se das condições históricas e universais da relação entre indivíduo e sociedade (RESENDE, 2007).

Dito isso, compreender a construção histórica da ideia de indivíduo autônomo é fundamental para apreender a racionalidade intrínseca à lógica de funcionamento do mundo moderno, e como esta reverbera, possibilita e sustenta o negacionismo implícito presente nos discursos virtuais sobre saúde mental individual durante a pandemia de Covid-19. Segundo Carvalhal (2021), ao discutir sobre *A conveniente ilusão da saúde mental individual*, essa ideia de que a saúde mental é uma questão totalmente pessoal, remete à ilusória cisão entre indivíduo e sociedade, sustentada pela lógica liberal que explica o mundo à parte da realidade social. Nesse sentido, "o sujeito é compreendido como 'proprietário de si', de sua 'propriedade privada' que é o seu próprio corpo – o que lhe daria o direito incontestável de fazer uso como bem entender deste 'corpo propriedade'" (CARVALHAL, 2021, online),

desconsiderando que suas atitudes impactam a sociedade em que vive e que a sociedade impacta inclusive a forma de apropriação de seu corpo. Nesse sentido, ao considerar a saúde mental a partir de uma perspectiva privada, o sujeito desconsidera o fato de que o individual não existe sem o coletivo, mas ao contrário, só existe por meio da cultura.

Tal relação remete a uma questão primordial e cara à teoria psicanalítica, criada no final do século XIX por Sigmund Freud, importante autor contemporâneo de sua época até os dias atuais. Da gestação até o desenvolvimento da psicanálise, Freud caminha pelas complexidades e contradições culturais para investigar e compreender as tensões e paradoxos que constituem o homem enquanto sujeito. Após se formar em medicina em 1881 em Viena e se qualificar em psiquiatria, Freud trabalhou em um laboratório de fisiologia e ministrou sobre Neuropatologia. Não dedicou-se apenas à vida acadêmica por necessidades financeiras, então começou a fazer atendimento clínico de pessoas com 'distúrbios nervosos'. Tempos depois, ao ganhar uma bolsa de estudos em Paris, tem contato com o tratamento da histeria através da hipnose com o psiquiatra francês, Jean Charcot. Em 1886, Freud volta à Viena utilizando a sugestão hipnótica como técnica principal no tratamento dos sintomas nervosos. É também lá que encontra Josef Breuer, médico e cientista que teve uma paciente relevante para as investigações psicanalíticas: Ana O (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Ana O. possuía uma série de sintomas, como "paralisia com contratura muscular, inibições e dificuldades de pensamento" (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, online), os quais surgiram como substitutos ao desejo de morte direcionados ao pai, durante o período em que a moça cuidava de seu genitor enfermo. Quando acordada, a paciente não sabia dizer de onde surgiam seus sintomas, mas mediante a hipnose esse quadro se alterava: para cada manifestação havia uma lembrança relacionada à doença paterna. Os sintomas desapareciam após a rememoração, porém, não somente por lembrar, mas pela associação entre as reações emotivas e o evento traumático que, neste caso, seria a enfermidade do pai e o desejo inconsciente de sua morte. Esse método, chamado por Breuer de catártico, passou a ser utilizado por Freud e,

> aos poucos, foi modificando a técnica de Breuer: abandonou a hipnose, porque nem todos os pacientes se prestavam a ser hipnotizados; desenvolveu a técnica de 'concentração', na qual a rememoração sistemática era feita por meio da conversação normal; e por fim, acatando a sugestão (de uma jovem) anônima, abandonou as perguntas '— e com elas a direção da sessão — para se confiar por completo à fala desordenada do paciente (MEZAN apud BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 1999, online).

Diante dessa nova compreensão da dinâmica do tratamento, Freud questionou o porquê das pessoas esquecerem tantas lembranças, sobretudo as de cunho penoso para o

sujeito, seja algo intensamente ruim ou desejado. Ao permitir que o paciente falasse livremente, o analista observou que frequentemente compareciam imagens ou ideias vergonhosas, as quais identificou como resistências à tornar um pensamento consciente. O processo que oculta o conteúdo que torna-se desagradável à consciência é chamado de repressão, e o "lugar" que essas lembranças são armazenadas é o inconsciente. Essas definições

> (...) constituíram a base principal da compreensão das neuroses e impuseram uma modificação do trabalho terapêutico. Seu objetivo (...) era descobrir as repressões e suprimi-las através de um juízo que aceitasse ou condenasse definitivamente o excluído pela repressão. Considerando este novo estado de coisas, dei ao método de investigação e cura resultante o nome de psicanálise em substituição ao de catártico (FREUD apud BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 1999, online).

É importante salientar que o cenário cultural vienense do fim do século XIX contribuiu para o surgimento da psicanálise. Para Bruno Bettelheim em *A Viena de Freud e outros ensaios (1991)*, o desenvolvimento cultural de Viena estava em seu auge, também e ao mesmo tempo que o Império Austro-Húngaro se dissolvia em meio aos conflitos das Guerras Mundiais. Como mecanismo de defesa em oposição à angústia da perda do mundo tradicional, as elites culturais negaram a política e voltaram-se à exploração do mundo psíquico, ao passo que a maioria dos vienenses encontrou consolo nos prazeres inconsequentes da vida. O elo entre sexo, loucura e morte pairava sobre a atmosfera vienense, sob a qual Freud desenvolveu "um método terapêutico e uma teoria que procuravam dar conta do imenso custo psíquico necessário para manter uma negação de proporções tão maciças: custo evidenciado pela "doença dos nervos" chamada histeria" (MEZAN, 1998, p. 278). Nesse contexto ambivalente, faz sentido, quase que inevitavelmente, que a psicanálise enquanto campo de investigação pautado na contradição despontasse em Viena, já que "as coisas nunca estiveram melhores" (BETTELHEIM apud MEZAN, 1998, p. 274), visto o ápice cultural, mas "ao mesmo tempo, nunca tinham estado piores" (BETTELHEIM apud MEZAN, 1998, p. 274), dado o caos e sensação de desamparo instaurado que produzia histerias de maneira surpreendente (MEZAN, 1998).

Contrastando esse pensamento, Peter Gay defende em *Sigmund Freud e o gabinete do dr. Lacan (1989)* que é um equívoco pensar que a psicanálise é inescapavelmente vienense. Sabe-se que nem todas as elites culturais haviam abandonado os assuntos políticos, como os sociais-democratas e esquerdistas, que interessavam-se pela economia e pela educação popular, além do movimento operário, que desempenhava um papel prático na sociedade, mas também comparecia no desenvolvimento do pensamento teórico. Mas o contraponto central do autor reside no argumento de que as determinações culturais vienenses, ora

tratadas como essenciais para a criação da psicanálise e o surgimento de ‘um Freud’, eram absolutamente genéricas e se aplicavam a muitas outras cidades e contextos culturais contemporâneos. Ademais, Freud e sua obra não poderia ser influenciado ou sequer ter inspirado a produção cultural da época, uma vez que surgiram paralelamente. Sendo assim, o movimento introspectivo das elites culturais não seria como um precursor de Freud, pela razão de que “a Viena de Freud não é em absoluto a das "elites culturais" evocadas por Bettelheim” (MEZAN, 1998, p. 284).

É através da invenção de seu método que a psicanálise prova seu parentesco e complementaridade às produções e transformações culturais da época. Em muitos dos movimentos artísticos e intelectuais emergentes no fim do século XIX é possível perceber uma “dissolução paulatina dos códigos expressivos herdados da tradição renascentista, barroca e clássica” (MEZAN, 1998, p. 289), isto é, estava em curso um processo de distanciamento da retratação tradicional realista da vida e seus aspectos. E nesse conjunto de transformações, a psicanálise vai além de técnicas psicanalíticas e comparece “na maneira pela qual a forma habitual de falar e de pensar se vê minada pelas regras da situação analítica” (MEZAN, 1998, p. 291), a saber, a associação livre e a atenção flutuante. Por meio disso, de maneira inaugural, dá um outro olhar e lugar ao sofrimento psíquico, compreendendo seu vínculo com o social, o que coloca em cena a relação com o outro, que atravessa, constitui e aflige o sujeito. Portanto, a psicanálise surge no bojo da Modernidade como método clínico a fim de compreender os fenômenos contemporâneos, mas coloca em xeque a própria ciência, e ao fim e ao cabo, as tensões e contradições da indissociável relação entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, a teoria freudiana ao debruçar-se sobre o psíquico compreende o quão enredado encontra-se o sujeito nas tramas sociais.

Seria ingenuidade pensar esses dois componentes numa perspectiva privada, como sugere o pensamento individualista, onde o sujeito se restringe ao indivíduo e o social às interações das relações interpessoais. Evidentemente, essas alegações se fundamentam na correspondência entre eu e consciência, em que o indivíduo age no campo social de acordo com suas convicções - concepção essa característica do liberalismo e do livre-arbítrio. Entretanto, com a tese freudiana da divisão do aparelho psíquico e do inconsciente, o eu perde o lugar de protagonista na vida do sujeito, fincado pelo individualismo, pois compreende-se que o ego é, na verdade, regulado por outras instâncias psíquicas, a saber, o id e o superego (BIRMAN, 1994). E é por meio da apreensão da organização e do funcionamento psíquico que Freud argumenta que

> (...) na vida psíquica do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo (FREUD, 2020, p. 137).

Assim, a tese psicanalítica coloca um paradoxo: o sujeito que somente se constitui a partir do outro no campo da sociabilidade, impõe sua alteridade frente ao seu semelhante através de seu corpo pulsional, isto é, o indivíduo se coloca como pluralidade e como singularidade pela maneira como lida com as exigências pulsionais de simbolização frente ao real. Nesse processo, ao tempo que indivíduo e sociedade jamais seriam antagonistas, os processos psíquicos se dividiriam entre sociais e narcísicos (BIRMAN, 1994), conforme Freud traz em *Psicologia das massas e análise do eu*:

> A relação do indivíduo com seus pais e com seus irmãos e irmãs, com seu objeto de amor, com seu professor e com seu médico, logo, todas as relações que foram até agora objeto privilegiado da investigação psicanalítica, podem reivindicar ser consideradas fenômenos sociais e colocam-se então, em oposição com alguns outros processos que chamamos de narcísicos, nos quais a satisfação pulsional escapa da influência de outras pessoas ou renuncia a estas. A oposição entre atos psíquicos sociais e narcísicos - talvez Bleuler dissesse: autísticos - situa-se, portanto, inteiramente dentro do campo da psicologia individual e não é adequado separá-la de uma psicologia social ou psicologia das massas (FREUD, 2020, p. 137-138).

Logo, reconhecer o sujeito como ser social não impossibilitou a Freud perceber a tensão existente no âmbito psíquico entre o individual e o social e como essa tensão da qual o sujeito não escapa é a origem do mal-estar na cultura. Tal ideia fica clara em *O mal estar na cultura (1930)*:

> Assim também os dois anseios, aquele pela felicidade individual e aquele pela conexão humana, têm de lutar um contra o outro em cada indivíduo; é assim que os dois processos, o de desenvolvimento da cultura, precisam afrontar-se com hostilidade e disputar o terreno um com o outro (FREUD, 2020, p. 399).

No discurso freudiano, esse antagonismo é o locus da formação humana, sendo a cultura definida como

> (...) todo o saber e a capacidade que os seres humanos adquiriram para dominar as forças da natureza e extrair desta seus bens para a satisfação das necessidades humanas; e no outro, todos os dispositivos necessários para regular as relações dos seres humanos entre si, e especialmente a distribuição dos bens acessíveis (FREUD, 2020, p. 234).

Há muito o termo *civilização* é relacionado às criações materiais, enquanto *cultura* é associado às obras entendidas como espirituais, mas essa distinção é um equívoco. As produções humanas, tanto materiais, como dispositivos e instituições sociais, quanto simbólicas, como a ciência e a religião, não são opostas, mas se articulam e complementam de forma que são interdependentes. Portanto, cultura e civilização expressam a totalidade dessas atividades que têm como função garantir o suprimento das necessidades humanas e a

proteção uns dos outros através de uma organização social entre os homens (GUIMARÃES, 2011).

Essa coletividade exige e funda o processo civilizatório sob o qual repousa o princípio da supressão e renúncia dos instintos, o qual é nomeado por Freud de pacto civilizatório. Ao nascer, o ser humano imediatamente se depara com o mundo social e cultural da civilização e, por fazer parte dele, aprende a renunciar à parte de suas demandas pulsionais em nome da preservação de suas possibilidades mediatizadas de satisfação (FREUD, 2009). Cada indivíduo suprime parte de seus impulsos, sejam tendências agressivas, vingativas ou narcísicas, e essas colaborações produzem a elaboração do patrimônio cultural material e ideológico (GUIMARÃES, 2011). Esse processo de instauração da civilização demanda que o indivíduo tenha "uma ampla autolimitação e uma acentuada renúncia à satisfação das pulsões" (FREUD, 2009, p. 5), que são compreendidas em sua complexa dualidade: Eros/sexual e pulsão de morte (FREUD, 2009). Portanto, a inibição e a renúncia pulsional são, no limite, uma tentativa de uma relação mútua menos nociva e de uma satisfação pulsional parcial pelo outro, sendo este o fundamento da sociedade.

Assim, sendo a vida social inevitável, uma das funções principais que a cultura assume é a de criar e estabelecer dispositivos que impeçam o extermínio humano mútuo, devido ao seu papel coercitivo e do

> fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana (GUIMARÃES, 2011, p. 30).

Diante disso, urge a necessidade da implementação de uma lei que garanta que os homens não resistam à cultura ou aniquilem uns aos outros, mas que seus impulsos e vontades estejam submetidos à lei (GUIMARÃES, 2011). Nesse sentido, a internalização da ordem, representada tantas vezes como consciência moral, cumpre a função de tolher parcialmente as pulsões do sujeito, por meio do "interdito enquanto representante psíquico da lei simbólica" (COUTINHO, 2011, online), uma vez que socializar-se na relação com o outro acarreta fundamentalmente na repressão contínua de desejos bárbaros e incestuosos, caminhos primeiros das pulsões de morte e sexual.

Dessa forma, o homem se localiza no antagonismo entre precisar do outro para se constituir e sobreviver, mas desejar se ver livre dessa sociedade que oprime suas pulsões. No entanto, parece que junto da pulsão, a cultura demanda que as consequências desse recalcamento, resultado da renúncia pulsional constantemente requerida, também sejam reprimidas. Ao fim e ao cabo, a cultura apresenta a repressão como solução para o sujeito

controlar sua agressividade e lidar com o mal-estar, como se este estivesse no âmbito individual, não como consequência do pacto civilizatório; e aquele não fosse uma tendência instintiva primitiva do homem. Nessa perspectiva de uma dimensão excessiva da exigência de renúncia pulsional pela moral sexual civilizada, compreende-se que a repressão pulsional pode se dar de distintas formas, de modo que ora a sociedade recusa o sofrimento ou o instrumentaliza. Essas parecem ser também formas de recalcar não somente as pulsões, mas a insatisfação proveniente desse recalque que vai perdendo as formas de ser simbolizado coletivamente.

Por conseguinte, a racionalidade instrumental, expressão hegemônica de uma cultura que aniquila o indivíduo em sua totalidade de ser, impõe aos sujeitos, que com essa racionalidade se identificam e se forjam, formas de relação meramente funcionais frente ao outro, impedindo-os de reconhecer a cultura como expressão do pacto social, como parte de si mesmo, mesmo quando esta lhe exige sacrifícios pulsionais. Dessarte, a cultura que deveria humanizar como forma de contenção e significação da agressividade, também constitutiva do ser humano, bem como possibilitar a representação coletiva daquilo que a dimensão desejante porta de irrealizável, nesta lógica instrumentalizada, afirma e reproduz a barbárie em nome da liberdade, através da racionalidade instrumental.

Portanto, a sociedade se reproduz de forma que o indivíduo só consegue se ver fora do pacto civilizatório, tal fato é denunciado por exemplo pela aderência aos discursos negacionistas durante a pandemia. Assim, ao considerar a saúde mental a partir de uma perspectiva privada, desconsiderando a dimensão coletiva da saúde, o sujeito renega o fato de que o individual não existe sem o coletivo, portanto, pretere o compromisso que fundamenta a sociedade e, no limite, a própria possibilidade de sua existência como sujeito desejante. Outrossim, a ideia de que a saúde mental significa equilíbrio ou completo bem-estar desconsidera o mal-estar inerente ao processo civilizatório e expõe como a cultura, ao mesmo tempo que provoca, aliena o sujeito de expressar e acolher essa angústia. Nessa perspectiva, o processo de instrumentalização do conceito de saúde que se explicitou na pandemia se relaciona com a simplificação e esvaziamento do termo, ancorado nos contraditórios desenvolvimentos do mundo moderno e em seus pressupostos.

Posto isso, o pacto civilizatório é o que fundamenta e possibilita a constituição humana, a relação entre sujeito e cultura, individual e coletivo, portanto, compreender esse processo permite vislumbrar seus desdobramentos sociais e individuais. Ora, se é por meio desse pacto que o sujeito desejante e individual pode existir como tal, é também por ele e através dele que a racionalidade instrumental opera na modernidade, desde a noção de

indivíduo até seus desdobramentos que implicam na forma como este se percebe e existe enquanto (não) sujeito. O que, paradoxalmente, revela também os sacrifícios excessivos impostos ao homem pelo pacto social, já que esse mesmo mal-estar que reiteradamente é suprimido, é utilizado como instrumentalização da consciência em nome de um hedonismo individual, ou o sofrimento é legitimado como forma de gerí-lo e administrá-lo, tornando-se funcional à lógica instrumental dessa cultura. Dessarte, os discursos negacionistas que atuam em prol do prazer do sujeito, em última instância funcionam como mecanismo de preservação e manutenção do modo de produção e organização vigente desta sociedade, isto é, da instrumentalização do sujeito, expressam essa fragmentação do pacto civilizatório através da qual os indivíduos não se reconhecem como seres sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que as transformações tecnológicas desempenham um lugar de destaque desde a sua ascensão, inclusive no impacto que produzem na dimensão subjetiva dos indivíduos e nas relações sociais. Entretanto, após o início da pandemia, em que o digital passou a ser o meio quase que exclusivo das interações humanas, as redes sociais ganharam ainda mais notoriedade e espaço na vida das pessoas. O negacionismo escancarado e incentivado no governo Bolsonaro reflete na forma como parte dos brasileiros enxergaram a pandemia e as medidas sanitárias durante o auge do contágio, ora negando totalmente os conhecimentos científicos, ora acreditando na ciência, mas sobrepondo seus interesses individuais aos coletivos. Em meio a massa de opiniões compartilhadas e reproduzidas rapidamente nos ambientes virtuais, nota-se um movimento sutil, mas palpável, em que os internautas se mostram cientes sobre o vírus e a importância de se proteger, mas abstraem essas informações em nome do cuidado da própria saúde mental, que consiste em rever amigos, viajar ou frequentar boates, por exemplo. Esse fenômeno chamou-nos a atenção no que concerne à problemática desta pesquisa por revelar uma dimensão importante sobre a própria ideia que perpassa também a dimensão do senso comum, mas não apenas, acerca do que seria a saúde mental.

Não apenas pelo caráter das redes sociais essa conduta se dissemina, mas essa lógica se origina no próprio modo de funcionamento da sociedade atual, que envolve desenvolvimentos e transformações já evidenciados na própria constituição do mundo moderno, momento de possibilidade de esclarecimento, mas também de efetivação de uma lógica instrumental burguesa. Nesse processo, a operacionalização da consciência vai além de otimizar o trabalhador para ser produtivo ao máximo em seu ofício, mas atravessa os mais diversos aspectos da vida desse sujeito, uma vez que permeia a maneira que o indivíduo vê a si, o outro e suas relações. Essa conjuntura histórica funcional e utilitarista, somada à ideia de um sujeito moderno, autônomo e independente, foram construindo uma visão a-histórica e pré-determinada de homem, a qual promove uma falsa contraposição do indivíduo e sua dimensão social. Ao contrário disso, Freud, também um autor moderno no que isso implica em todas as suas contradições, evidencia ao longo da produção de sua obra que só é possível existir o sujeito desejante porque existe o outro, mas o tornar-se sujeito custa uma parcela de suas pulsões agressivas e narcísicas, que devem ser recalcadas para que a sociedade exista. Ao mesmo tempo que esse pacto civilizatório sustenta a sociedade, possibilitando um sujeito desejante, é também por via do recalcamento do próprio mal-estar resultante da repressão

excessiva dos desejos que a racionalidade instrumental pode operar, já que o mal-estar, compreendido também como forma de sofrimento psíquico, quando recalcado pode tornar-se também produtor de formas de satisfação reativas que acabam por operar e manter uma consciência instrumentalizada, tal como as que se expressam nos discursos negacionistas, tornando-se assim, uma espécie de combustível para o homem ser cada vez mais funcional.

Essa pesquisa abre espaço para a reflexão e questionamento sobre qual o custo psíquico e social que há para que a sociedade burguesa industrial se sustente e, ainda, para que se viva tamponando o mal-estar inerente à existência humana e consequentemente, também o mal-estar produzido pelo tamponamento das contradições que resultam dos laços sociais. O pacto civilizatório precisa se sustentar sob a via da simbolização do mal-estar na cultura e da construção de caminhos coletivos para dar contorno ao sofrimento, entendendo que esse processo é social, não individual. Fazer essa afirmação implica em reconhecer que resta pouco espaço nessa sociedade para que o sofrimento possa também ser simbolizado socialmente a partir de diferentes possibilidades que incluam o plural, o diverso e o indeterminado, na medida em que a cultura atualmente recalca excessivamente a condição desejante do sujeito, incluindo o recalcamento do reconhecimento da dimensão daquilo que o desejo porta de irrealizável.

Penso que, no limite, a própria instrumentalização da consciência expressa uma tentativa de apaziguamento harmônico dos conflitos pulsionais, isto é, o silenciamento do sujeito desejante, o que aponta para a pulsão de morte a serviço da cultura. Essa configuração da cultura faz com que esta, ao menos hegemonicamente, não seja um espaço em que o sujeito possa se deparar também com a dimensão da impossibilidade do desejo, ao mesmo tempo em que produz em ato tudo o que é permanentemente impedido de ser simbolizado nessa cultura. Assim, a cultura não proporciona aos indivíduos formas indeterminadas de satisfações substitutivas para compensar economicamente em razão da supressão pulsional excessiva sobreposta pela própria cultura.

Não considero que essas questões se encerram aqui, pois evidencia que é preciso pensar novos rotas para que a angústia humana seja elaborada por meio de propostas e práticas que assumam a relação recíproca e mútua entre indivíduo e sociedade e os conflitos que tangem esse vínculo infindável e ambivalente. Reconhecer o sofrimento psíquico é legitimar o pacto civilizatório e colocar em evidência suas tensões, entendendo que promover formas substitutivas de satisfação ao sujeito significa também possibilitar que o mal-estar não seja alvo do gozo da racionalidade instrumental. Dessa forma, dar lugar na civilização à angústia e ao reconhecimento das contradições que encontram-se em seu fundamento é,

necessariamente, promover saúde mental aos indivíduos, visto que ambas são faces de uma mesma moeda.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos filosóficos, 1947. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/fil_dialetica_esclarec.pdf. Acesso 06 nov. 2021.

AMBASSADE DE FRANCE AU BRÉSIL. Liberdade, Igualdade, Fraternidade, 2017. Disponível em: https://br.ambafrance.org/Liberdade-Igualdade-Fraternidade#:~:text=Heran%C3%A7a%20do%20s%C3%A9culo%20das%20Luzes,vez%20durante%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Francesa. Acesso em: 12 jul 2022.

APCD, ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS. Saúde mental depende de bem-estar físico e social, diz OMS em dia mundial. São Paulo: **APCD**, [s.d.]. Disponível em: http://www.apcd.org.br/index.php/noticias/311/13-10-2016/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial. Acesso em: 22 ago. 2021.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 25, pp. 2411-2421, [s.l.], jun. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020. Acessado em: 15 ago. 2021.

BIRMAN, Joel. **Psicanálise, Ciência e Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

BOCK, Ana M.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. A psicologia e as psicologias. _____ **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. Saraiva**, p. 14-29, 1999.

BORGES, Ivan Cláudio Pereira. Racionalidade instrumental na decisão judicial: um estudo sobre a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana como razão de decidir. **Universitas Jus**, v. 26, n. 2, 2015. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/230216328.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

CARVALHAL, André. A conveniente ilusão da saúde mental individual. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-conveniente-ilusao-da-saude-mental-individual/. Acesso em: 21 ago. 2021.

CARVALHO, Washington Luiz Pacheco de. Aspectos da racionalidade instrumental apresentados por alunos em redações envolvendo o campo das relações CTSA. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5527056/mod_resource/content/1/Washington%20Carvalho%20-%20Aspectos%20da%20racionalidade%20instrumental.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

CATINI, Carolina. O brutalismo vai à escola. **Boitempo**, São Paulo, 13 ago. 2020. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/09/13/o-brutalismo-vai-a-escola/. Acesso em: 29 ago. 2021.

CENTRO CULTURAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conferências Nacionais de Saúde: Contribuições para a construção do SUS**, 2016. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/cns/timeline.php. Acesso em: 21 jul. 2022.

COUTINHO, Alberto Henrique Soares de Azeredo. Édipo, sonhos e interdito. **Estudos psicanalíticos**, Belo Horizonte, n. 35, p. 15-22, jul. 2011 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04 set. 2021.

CRUZ, Raimundo José Barros. Oito teses sobre processo de secularização da cultura ocidental: indicações de momentos e teóricos chave. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 114, p. 141-148, 2010. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11147/6252. Acesso em 01 out. 2021.

DANOWSKI, Déborah. O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. **Sopro**, [s.l.], v. 70, p. 2-11, abr. 2012. Disponível em: http://culturaebarbarie.org/sopro/n70scribd.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, [s.l.], jan. 2021, v. 45, n. 4. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-6236109146. Acesso em: 15 ago. 2021.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. Psicologia, uma nova introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência. **Educ**, São Paulo, 2008. Disponível em:https://www.academia.edu/34437269/Psicologia_Uma_nova_introdu%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 01 out. 2021.

FILHO, Naomar de Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. **Revista USP**, 43, p. 100-125, set. - nov. 1999. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28481/30335. Acesso em: 21 ago. 2021.

FREUD, Sigmund. **Cultura, sociedade, religião: O mal estar na civilização e outros escritos**. [s. l.]: autêntica, 2020.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Covilhã: LusoSofia, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. unesp, 1991.

GUIMARÃES, V. C. **Sujeito e Cultura em o mal-estar da civilização**. Editora PUC Goiás, 2011.

IANNI, Octavio. Modernidade. In: A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**. São Paulo: 1989, p. 7-27. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285049457_A_SOCIOLOGIA_E_O_MUNDO_MODERNO. Acesso em 26 set. 2021.

JUNIOR, Luis Salvador de Miranda Sá. Desconstruindo a definição de saúde. **Jornal do Conselho Federal de Medicina (CFM)**, p. 15-16, 2004. Disponível em: https://www.portalsaudenoar.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Def-Saude.pdf. Acesso em: 03 mai. 2022.

MEZAN, Renato. Viena e as origens da psicanálise. In: **Tempo de muda: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 273-299.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS: a saúde do Brasil**, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf. Acesso em 30 jun 2022.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], jan. 2021, v. 19. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00315. Acesso em: 15 ago. 2021.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026762. Acesso em: 24 out. 2021.

OLIVEIRA, M. Saúde mental pode virar justificativa para quebrar isolamento social? **Uol**, 2021. Disponível em: https://6minutos.uol.com.br/cultura-e-viagem/saude-mental-pode-virar-justificativa-para-quebrar-isolamento-social/. Acesso em: 21 ago. 2021.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19. Brasília (DF), 2020.

OTTO, Isabella. Pandemia: dá para cuidar da saúde mental sem colocar os outros em risco. **Capricho**, 2020. Disponível em: https://capricho.abril.com.br/comportamento/pandemia-da-para-cuidar-da-saude-mental-sem-colocar-os-outros-em-risco/. Acesso em: 21 ago. 2021.

RESENDE, Anita Cristina de Azevedo. Da relação indivíduo e sociedade. **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 10, n. 1, p. 29-45, 2007. Disponível em:http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/173/136. Acesso em 01 out. 2021.

SAFATLE, Vladimir. Os dois tempos de uma análise. **Cult**, São Paulo, 27 jan. 2022. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/os-dois-tempos-de-uma-analise/. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANSON, Cesar. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. **Cadernos IHU**, p. 1-63, 2009. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20161940979a2233307456e92e5379a46/Trabalho_e_Subjetividade_-_Livro_01.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

SARAIVA, Emanuela Machado Silva, et al. Impacto da pandemia pelo Covid-19 na provisão de equipamentos de proteção individual. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 43751-43762, jul. 2020. Disponível em:

https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12731/10688. Acesso em: 15 ago. 2021.

SARDI, Gabriel Chiarotti. O que difere o negacionismo do antirrealista? Uma análise acerca da incoerência do negacionismo científico frente aos fatos da realidade. **Revista Contemplação**, n. 25, , p.94-104, 2021. Disponível em: http://site14076127167.provisorio.ws/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/291/328. Acesso em: 16 ago. 2021.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis**: Revista de saúde coletiva, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003. Acesso em 6 nov. 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **Os humanistas: uma nova visão de mundo**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986. Disponível em: http://ftp.editora.ufrn.br/bitstream/123456789/1622/1/Os%20humanistas%2C%20uma%20nova%20vis%C3%A3o%20de%20mundo.%20O%20renascimento.%20SEVCENKO%2C%20Nicolau..pdf. Acesso em 01 out. 2021.

SILVA, Cristiane Rubim Manzina da; TESSAROLO, Felipe Maciel. Influenciadores digitais e as redes sociais enquanto plataformas de mídia. **XXXIX Intercom**, 2016. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2104-1.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

SILVA, Rafael Cordeiro. HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão. Tradução de Carlos Henrique Pissardo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015, 207p. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/trans/a/7t8vPCFRCdCMFVHBVpLdLmB/?lang=pt. Acesso em 06 nov. 2021.

WHITAKER, Robert. O impacto psicológico da pandemia: contra a patologização de nosso sofrimento. In: AMARANTE. Paulo, et al. **O enfrentamento do sofrimento psíquico na Pandemia: diálogos sobre o acolhimento e a saúde mental em territórios vulnerabilizados**. Rio de Janeiro: IdeiaSUS, 2020.

WOORTMANN, Klaas. Religião e ciência no Renascimento. **Departamento de Antropologia**, Universidade de Brasília, 1996. Disponível em:http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie200empdf.pdf. Acesso em 01 out. 2021.